

A abordagem ecológica das habilidades e a epistemologia dos eixos

Eros Moreira de Carvalho*

Resumo: Neste texto, discuto a interpretação defendida por Moyal-Sharrock, segundo a qual as proposições eixo são maneiras de agir com o objetivo de oferecer uma proposta sobre como compreendê-las. Sustento que a posição de Moyal-Sharrock deixa algumas lacunas, porque não explica a origem das nossas certezas fundamentais. A sua leitura também carece de recursos para responder ao problema da demarcação, uma vez que não é claro como distinguir maneiras de agir que podem legitimamente cumprir o papel de fundamento não fundamentado das que não podem. Sem uma resposta para esse problema, a ameaça relativista é séria. Proponho, então, que as proposições eixo são maneiras de agir constitutivas de habilidades. Desenvolvo também uma abordagem ecológica das habilidades, a qual me possibilita explicar por que habilidades são embebidas-de-realidade e, por conseguinte, por que as maneiras de agir que as constituem são fundamentos não fundamentados legítimos. Com base nessa abordagem, ofereço uma resposta para o problema da demarcação que afasta a ameaça relativista.

Palavras-chave: epistemologia dos eixos, psicologia ecológica, habilidades, fundacionalismo, Moyal-Sharrock.

*“Mas a fundamentação, a justificação da prova tem um fim — mas o fim não é o fato de certas proposições se nos apresentarem como sendo verdadeiras, isto é, não se trata de uma espécie de **ver** da nossa parte; é o nosso agir que está no fundo do jogo da linguagem”* (1990, §204, tradução minha) — Wittgenstein.

1. Introdução

No livro *Da Certeza* (1990), Wittgenstein nos oferece uma imagem radical da estrutura das razões. Na base desta imagem, estão as proposições eixo, tais como “eu tenho duas mãos”, “eu tenho um corpo”, “a Terra existe há muitos anos”, “há objetos físicos” etc. Elas são qualificadas como “fundamento que não é *verdadeiro* nem falso” (1990, §205), “uma via de ação não fundamentada” (1990, §110), “algo que está além de ser justificado ou injustificado; por assim dizer, como algo animal” (1990, §359), proposições que “têm de

* ** Draft, não cite este texto. A ser publicado na coletânea Smith, Plínio & Figueiredo, Nara (eds.). A epistemologia dos eixos: Uma interpretação e debate do Sobre a Certeza, de Wittgenstein. Professor de filosofia da UFRGS e Bolsista de Produtividade do CNPq, processo número 307872/2018-1. *email:* eros.carvalho@ufrgs.br

estar assentes do nosso ponto de vista” (1990, §112), “nenhuma delas como resultado de uma investigação” (1990, §138), que “estão isentas de dúvidas, elas são como eixos em torno dos quais as dúvidas giram” (1990, §341, tradução minha), que são certas embora não sejam conhecidas (1990, §151), que formam “o ponto de partida das minhas convicções” (1990, §209) e que são adquiridas por um processo de enculturação, a criança “engole, por assim dizer, a conclusão [a proposição eixo] juntamente com *aquilo* que ela aprende” (1990, §143). Em conjunto, essas proposições estruturariam as nossas investigações e determinariam o que é prova para o quê. São certas, não por serem conhecidas ou por estarem baseadas em provas, mas, ao contrário, por serem a condição para que algo seja conhecido ou baseado em prova.

Por um lado, a imagem oferecida por Wittgenstein parece indicar uma saída para o clássico problema cético do regresso das justificações, ainda que haja disputa sobre se o que ele oferece é uma nova versão do fundacionismo (MOYAL-SHARROCK, 2004; STROLL, 1994, p. 75–80) ou uma dissolução do problema que dá origem ao regresso (SCHÖNBAUMSFELD, 2016). As certezas não fundamentadas são uma parada legítima para o regresso ou um limite para as dúvidas que podem pressionar a demanda por justificação? Por outro, argumenta-se que as proposições eixo são incapazes de responder ao desafio cético justamente porque não são fundamentadas, não tendo, portanto, qualquer qualidade epistêmica (FOGELIN, 1994; PRITCHARD, 2012)¹. Além disso, na medida em que essas proposições são assimiladas por um processo de enculturação e podem variar de cultura para cultura (WITTGENSTEIN, 1990, §262), surge o problema da demarcação (COLIVA, no prelo), afinal, quais proposições podem cumprir a função de fundamento não fundamentado? Sem uma resposta para esse problema, na melhor das hipóteses trocaríamos a ameaça cética pela ameaça relativista.

¹ Embora tanto Fogelin quanto Pritchard concordem que a concepção de Wittgenstein em *Da Certeza* acerca da estrutura das razões bloqueie o ceticismo cartesiano, visto que as próprias dúvidas supõe proposições eixo que estão isentas de dúvida, eles ao mesmo tempo reconhecem que as reflexões de Wittgenstein neste livro são compatíveis com uma leitura neo-pirrônica. Essas reflexões também nos levam a reconhecer que nem todos os nossos comprometimentos doxásticos podem ser avaliados racionalmente. Não há como avaliar racionalmente as proposições eixo (PRITCHARD, 2012, 198). Nesse sentido, Wittgenstein estaria rejeitando o justificacionismo (FOGELIN, 1994, p. 12), a tese de todos os nossos comprometimentos doxásticos *podem* ser fundamentados ou justificados. É justamente a compreensão desta limitação que nos leva a um novo tipo de angústia epistêmica.

Esta ambiguidade quanto ao que a imagem apresentada por Wittgenstein da estrutura das razões realmente nos oferece se deve, em parte, à dificuldade de encontrar uma interpretação que torne tudo o que ele afirma sobre as proposições eixo coeso e harmonioso. Por exemplo, as três primeiras qualificações indicadas no início desta seção sugerem que as proposições eixo não são propriamente proposições, ao menos se aceitarmos que proposições devem ter um valor de verdade. Elas estariam mais para comandos ou maneiras de agir. Mas, em outros momentos, Wittgenstein afirma que elas têm a forma de proposições empíricas (1990, §136) e ao menos parece sugerir que são um tipo especial de proposição (1990, §494), embora ao mesmo tempo reconheça que “o próprio conceito de ‘proposição’ não é nítido” (1990, §320). Não surpreende que haja, portanto, uma vasta e rica literatura sobre como interpretar as proposições eixo. Duncan Pritchard (2015) distingue pelo menos quatro correntes interpretativas: a interpretação externista, a não proposicional, a não doxástica e a do direito epistêmico (*epistemic entitlement*).

Neste texto, não tratarei da questão exegética. Não estou preocupado em oferecer uma interpretação que torne as afirmações do Wittgenstein sobre as proposições eixo coesas e harmoniosas entre si. Proporei uma maneira de compreender as proposições eixo que faça justiça ao seu papel de fundamento não fundamentado e que explique como elas desarmam o ceticismo, dado que a minha preocupação é mais filosófica ou sistemática. A minha proposta não é absolutamente sem precedentes. Partirei da interpretação não proposicional articulada por Danièle Moyal-Sharrock (2015), buscando complementá-la ao aproximar a assimilação de uma proposição eixo à assimilação de uma habilidade tal como compreendida pela psicologia ecológica (CARVALHO, 2019b, 2020). Mais especificamente, proponho que as maneiras de agir que a Moyal-Sharrock associa às proposições eixo sejam tomadas como constitutivas de habilidades. A compreensão ecológica das habilidades, eu argumentarei, oferece uma explicação de por que certas maneiras de agir se tornam tão entrenchadas e basilares e, por conseguinte, por que elas adquirem o papel de fundamento não fundamentado. Também argumentarei que essa proposta oferece uma resposta para o problema da demarcação, evitando assim tanto o ceticismo quanto o

relativismo. Em outra oportunidade, ao esboçar a proposta, eu a chamei de “interpretação com base na habilidade” (*ability reading*) (CARVALHO, 2019a). Para ser mais exato, vou chamá-la agora de “*proposta com base na habilidade*”.

Na próximo Seção, apresento a interpretação da Moyal-Sharrock. Na Seção 3, apresento algumas dificuldades para a posição dela. Na Seção 4, dividida em três subseções, apresento a minha proposta para compreender as proposições eixo. Na Subseção 4.1, articulo a compreensão ecológica das habilidades, na Subseção 4.2, exploro a sugestão de considerar as proposições eixo como constitutivas de habilidades e, na Subseção 4.3, mostro como a minha proposta enfrenta o problema da demarcação. Finalmente, nas Seção 5, pondero se a minha proposta enfrenta adequadamente o ceticismo.

2. A Interpretação não proposicional

Danièle Moyal-Sharrock vem elaborando e defendendo nas últimas duas décadas uma interpretação não proposicional bastante perspicua e fecunda das proposições eixo (2004, 2015, 2020; 2013). Como já indicamos, Moyal-Sharrock propõe que no fundo as proposições eixo não são propriamente proposições. Ela chega a essa conclusão por assumir uma concepção bastante estrita de proposição e que supostamente teria acompanhado Wittgenstein sem alterações desde o *Tractatus* até a sua obra póstuma *Da Certeza* (MOYAL-SHARROCK, 2020), o que é controverso (COLIVA, no prelo; WITTGENSTEIN, 1990, §320). Segundo essa concepção, uma característica essencial das proposições é a bipolaridade, elas devem poder ser verdadeiras ou falsas². Como, alega-se, as proposições eixo não são nem verdadeiras, nem falsas (WITTGENSTEIN, 1990, §205), então sequer são proposições propriamente ditas.

Segundo Moyal-Sharrock, as proposições eixo comungam uma série de outras características, elas são: não epistêmicas, indubitáveis, não empíricas, gramaticais, inefáveis, atuadas ou exibidas na ação (*enacted*) e fundacionais (2004, p. 72–99, 2015, p. 8).

² A bipolaridade se distingue da bivalência, esta última é a característica de que uma proposição tenha um único valor de verdade entre dois possíveis. Tautologias e contradições atendem a bivalência, mas não a bipolaridade.

As proposições eixo são não epistêmicas porque não são a conclusão de uma investigação ou argumento, nem estão baseadas em provas, elas são não fundamentadas. Se fossem fundamentadas, um pedido de justificação ou dúvida poderia ser levantado sobre a sua fundamentação. Por conseguinte, as proposições eixo são indubitáveis. Se fossem verdadeiras ou falsas, então a negação de uma proposição eixo seria concebível e estaria aberta a possibilidade de erro e, por conseguinte, de dúvida. Contudo, uma possibilidade de erro é justamente o que não conseguimos conceber em relação às proposições eixo. A não ser em circunstâncias excepcionais, por exemplo, se uma bomba explode nas proximidades, não há espaço para erro quanto a ter duas mãos, “se Moore proferisse proposições contrárias às que ele declara certas, não deixaríamos apenas de partilhar a sua opinião: nós o consideraríamos demente” (WITTGENSTEIN, 1990, §155). A certeza de que tenho duas mãos também não é empírica, ela não se baseia em experiências. Ver as minhas duas mãos não prova ou fornece indícios de que tenho duas mãos, embora possa ser prova de que não estou alucinando ou que minha percepção está funcionando normalmente. Se não as visse, não concluiria que não tenho duas mãos, mas que estou com algum problema perceptivo. Justamente por ser um fundamento que não requer justificação, a certeza de que tenho duas mãos determina que não conseguir ver as minhas mãos em condições normais de observação é prova para a ocorrência de algum problema no aparelho perceptivo ou cognitivo³.

As três características que acabamos de discutir não deixam ainda suficientemente claro o que fica no lugar das proposições uma vez que as proposições eixo não são propriamente proposições, mas as três características seguintes nos ajudam nesta tarefa. As proposições eixo são gramaticais no sentido amplo de que elas são regras que fixam como a linguagem deve ser usada, elas estipulam “as condições de inteligibilidade da linguagem” (MOYAL-SHARROCK, 2020, p. 40)⁴. Da mesma forma que “um bastão tem um metro de comprimento” é uma preparação para a medição e descrição do comprimento de um

³ Posso não estar em condições de ter o estado perceptivo de ver minhas duas mãos ou pode ser que eu esteja tendo experiências visuais das minhas mãos mas esteja incapacitado de formar a crença de que vejo minhas duas mãos.

⁴ Todas as traduções neste texto são de minha autoria e responsabilidade.

bastão em particular, “eu tenho um corpo”, “eu tenho duas mãos”, “existem outras pessoas além de mim mesmo”, “objetos físicos existem” etc. são preparações para o uso inteligível da linguagem. Não são proposições, pois não são nem verdadeiras, nem falsas, são regras que delimitam o que tem e o que não tem sentido, elas nos oferecem um quadro que nos “permite usar palavras para *inteligivelmente* representar, descrever, expressar, desvirtuar, descrever erroneamente, fingir, mentir sobre etc. como as coisas são” (2020, p. 41). Como regras que delimitam o que tem e o que não tem sentido, elas mesmas não têm sentido. Isto tem a ver com a concepção estreita de proposição do Wittgenstein, “apenas proposições falsificáveis têm sentido, regras gramaticais (que não são falsificáveis) são contrassensos (*nonsense*)” (2004, p. 90).

Por conseguinte, elas são também inefáveis. Por estarem fora da linguagem, tornando possíveis os nossos jogos de linguagem, as proposições eixo, entendidas como regras gramaticais, não são movimentos possíveis no interior desses jogos. Não faz, portanto, qualquer sentido enunciá-las (2004, p. 94). Por isso, estranhamos quando Moore afirma “eis aqui uma mão” enquanto olha para uma de suas mãos. Nessa situação, não há nenhuma afirmação inteligível que ele pudesse fazer com o proferimento dessa frase. Claro que pode haver situações em que o proferimento dessa frase tem lugar. Em um jogo em que somos convidados a procurar e identificar desenhos de mãos que estão, por assim dizer, “camufladas” em uma imagem, “eis aqui uma mão” informa onde no desenho o interlocutor pode encontrar uma mão. Nesse caso, “eis aqui uma mão” não funciona como uma proposição eixo, essa frase é um substituto da proposição eixo e cumpre uma função não gramatical (2004, p. 93). Faz todo o sentido informar e descrever, nessa situação, onde se pode encontrar uma mão. Mas esse não é o uso pretendido por Moore de informar que algo exterior a ele existe. A frase substituta, mas não a proposição eixo correspondente, expressa de fato uma proposição, e pode ser falseada, talvez o falante tenha se enganado quanto a haver um desenho de mão no lugar visado ou apontado.

Quanto à proposição eixo, ela pode ser articulada como uma regra apenas em situações heurísticas, quando, por exemplo, desejamos ensinar a uma criança ou a um não falante do

português como se usa a palavra “mão”. Contudo, é importante enfatizar que, nessas situações, a frase que articula a regra gramatical correspondente a uma proposição eixo não está sendo afirmada, segundo Moyal-Sharrock. Ela elucida movimentos possíveis no interior de um jogo de linguagem, mas ela mesma não é um movimento desse jogo. Qua regra gramatical, a hinge permanece um contrassenso e inefável. A regra gramatical ela mesma não se manifesta pela frase que, em um contexto heurístico, elucida ou instrui a regra. A regra ela mesma, ou melhor, a certeza que ela incorpora, só se manifesta na ação. A frase que articula um eixo, como diz Moyal-Sharrock, “é somente a formulação artificial de uma certeza cuja característica definidora é a inefabilidade” (MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 94).

Por fim, as proposições eixo são “regras da gramática [...] que se manifestam como maneiras de agir” (MOYAL-SHARROCK, 2015, p. 21), são atuadas(*enacted*). A regra gramatical que incorpora uma certeza se manifesta ou *se mostra* na ação, nos procedimentos e na maneira de investigar, no que é e no que não é colocado como passível de dúvida, no que é prontamente tomado como prova para alguma coisa e assim por diante. A certeza de que a Terra existe há muitos anos exibe-se, por exemplo, na prática e na disposição de tomar certos fósseis como provas de que certos animais viveram num certo período do passado; a certeza de que tenho um corpo se manifesta no entendimento prático de que não atravesso paredes, jamais chego a tentar ou a considerar tentar (MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 67). De modo semelhante, todos nós tentamos nos afastar ou nos proteger quando um objeto se aproxima muito rapidamente. Essa é uma disposição que inclusive compartilhamos com vários vertebrados e invertebrados (SCHIFF, 1965). É nesse sentido, sugere-se, que devemos entender a afirmação de Wittgenstein de que as certezas fundamentais são algo animal e instintivo (WITTGENSTEIN, 1990, §359, §475). Elas se manifestam e se mostram em certas maneiras de agir, algumas delas são instintivas, herdadas por seleção natural. Outras, talvez a maioria no caso humano, são adquiridas por um processo de enculturação. A certeza de que humanos jamais estiveram em Saturno é uma delas. Em qualquer caso, o fundamento último para as nossas crenças é uma maneira de agir, um hábito arraigado ou instintivo de responder a certas circunstâncias de determinadas maneiras. Como essas

maneiras de agir não são nem verdadeiras, nem falsas, elas podem cumprir o papel de fundamento não fundamentado. O regresso das justificações não avança sobre as certezas fundamentais não só porque, como diria Hume, a natureza prevalece sobre as dúvidas céticas, mas, indo além, porque essas certezas atuadas instituem os limites do sentido e os nossos procedimentos de investigar e dar razões, de modo que não conseguimos nem mesmo entender o que alguém poderia querer insinuar ao dizer que duvida que tem um corpo. Essa pessoa pode até se comportar como alguém que duvida, mas ela não expressa uma dúvida genuína (1990, §255). Alguém assim parece um tolo (1990, §257) ou não compreende o que significa “corpo”, ela nem mesmo *sabe como* se joga o jogo da dúvida.

3. Uma dificuldade para a interpretação não proposicional

A dificuldade que tenho em mente não é exegética, mas sistemática. Como já indiquei no início do texto, não estou interessado em capturar a posição do Wittgenstein. Inspiro-me no *Da Certeza* e na interpretação da Moyal-Sharrock para elaborar uma posição que julgo mais convincente. A dificuldade é o já mencionado problema da demarcação. Annalisa Coliva comenta que, embora “eu tenho duas mãos”, “a Terra existe há muitos anos” e outras proposições eixo tenham o caráter animal e visceral que a interpretação não proposicional enfatiza, não parece ser o caso que todos os exemplos de proposições eixo comentados por Wittgenstein tenham esse caráter, tais como “a água ferve a 100 °C” e “Napoleão venceu a batalha de Austerlitz” (COLIVA, no prelo). Esses casos parecem consistir de certezas que são específicas demais e enraizadas apenas em determinadas comunidades. Surge, então, uma grave ameaça relativista, já que diferentes comunidades podem enraizar diferentes certezas. O próprio Wittgenstein nos convida a imaginar a situação de um sujeito que “tenha sido educado em circunstâncias muito especiais e a quem tenham ensinado que a origem da Terra data de há 50 anos” (WITTGENSTEIN, 1990, §262) e que, portanto, mantém firmemente esse comprometimento. Para evitar a ameaça relativista, é preciso encontrar um critério que permita demarcar proposições eixos aptas para cumprir o papel de fundamento não fundamentado de proposições que parecem ser eixos mas que estão desconectadas demais do ambiente para cumprir o papel de fundamento. Mesmo a

característica de ser visceral parece insuficiente como critério de demarcação, já que “as pessoas podem estar visceralmente comprometidas com todo tipo de crença falsa, inclinações e preconceitos, o que não queremos desse modo transformar em eixos” (COLIVA, no prelo). Em resumo, para não cair no relativismo, parece que não podemos ser muito liberais quanto a quais *maneiras de agir* podem ser fundamentos não fundamentados.

A posição da Moyal-Sharrock não está completamente desamparada para lidar com esta dificuldade. Embora a conversa sobre maneiras de agir possa nos levar a pensar que as certezas fundamentais resultam de uma espécie de acordo comportamental tácito, que poderia variar conforme mudamos a cultura ou o período histórico em uma mesma cultura, Moyal-Sharrock rejeita que este seja o caso. Ela sustenta que as regras gramaticais estão embebidas-de-realidade (*reality-soaked*) (2019), que elas são de alguma maneira estrangidas por fatos da experiência e fatos bem gerais da natureza (2020, p. 48), o que conferiria alguma âncora ou estabilidade às certezas fundamentais. Por exemplo, a descoberta do fato de que homens, e não apenas as mulheres, têm algo a ver com o processo reprodutivo está na origem da regra gramatical “todo ser humano tem dois pais biológicos” (2020, p. 47). De modo semelhante, o conceito de “filialidade”, no sentido de “uma atenção amorosa à integridade da relação pai-filho” (2019), repousa sobre a prática e a experiência de atenção e respeito mútuos entre indivíduos imediatamente relacionados por sangue ou adoção. Desse modo, fatos acerca da experiência vivida também condicionariam as regras gramaticais e os limites do sentido. A relação entre as regras gramaticais e os fatos da natureza ou da experiência não é de justificação, nem poderia ser, mas é causal. Como reconhece o próprio Wittgenstein, a “experiência anterior pode muito bem ser a *causa* da minha presente certeza” (WITTGENSTEIN, 1990, §429), mas não é uma razão ou fundamento para ela.

Essas considerações me parecem ainda insuficientes para lidar com o problema da demarcação. A própria distinção entre fatos da experiência e fatos gerais da natureza levanta dúvidas sobre se estamos diante de um único critério ou de um ambíguo critério

para demarcar as certezas fundamentais. Tenho a impressão de que a segunda alternativa é o caso. O discurso sobre fatos da experiência parece ser apenas uma maneira diferente de falar sobre “maneiras regulares de agir” (MOYAL-SHARROCK, 2020, p. 48), que nos remete novamente à ameaça relativista. Diferentes comunidades podem enraizar as mais diferentes maneiras regulares de agir e, por conseguinte, comprometer-se com diferentes e irreconciliáveis certezas fundamentais. Moyal-Sharrock poderia, então, se restringir aos fatos gerais da natureza. Este movimento é inadequado por duas razões. Primeiro, restringiria em demasiado o leque de certezas fundamentais, embora se possa retrucar que esse é o preço a se pagar para evitar o relativismo. Segundo, como a relação entre os fatos e as certezas ou regras gramaticais é causal, não se entende apenas por meio dessa relação por que certos fatos nos levam a certas certezas, de modo que, sem uma explicação de como as certezas fundamentais se tornam embebidas-de-realidade, fica em aberto a possibilidade de que qualquer maneira regular de agir pode vir a ser causada por fatos gerais da natureza. Enfatizo que não demando uma relação de justificação entre fatos gerais da natureza e maneiras regulares de agir ou regras gramaticais, mas que consigamos entrever uma explicação geral para como essas coisas se conectam. Só assim estaremos em condições de oferecer uma resposta para o problema da demarcação. A proposta com base nas habilidades oferece essa explicação e, mais ainda, ela *não* restringe o leque das certezas fundamentais. Assim, evitamos o relativismo sem perder a riqueza e até mesmo a pluralidade de certezas fundamentais.

4. A proposta com base nas habilidades

Penso que é crucial encontrar uma delimitação não arbitrária das maneiras de agir que cumprem e legitimamente podem cumprir o papel de fundamento não fundamentado. A minha proposta é que as maneiras de agir que constituem uma habilidade ou um saber-

fazer⁵ são aptas para o papel de fundamento não fundamentado⁶, especialmente se compreendemos as habilidades à luz da psicologia ecológica.

4.1 A compreensão ecológica das habilidades

É comum enxergar a habilidade como algo que envolve ou diz respeito apenas ao organismo. Nesse sentido, a aquisição de uma habilidade é vista como envolvendo uma série de transformações internas ao organismo que se tornam então preponderantes na explicação dos seus exercícios tanto bem quanto mal sucedidos. Contudo, a psicologia ecológica nos convida a pensar de uma maneira diferente. Segundo a psicologia ecológica, a unidade mínima de análise e investigação é o sistema organismo-ambiente (RICHARDSON et al., 2008, p. 164). Isso se deve ao fato de que organismo e ambiente são complementares (GIBSON, 2015, p. 4), tanto o organismo não sobrevive sem o ambiente ao seu redor quanto o ambiente é algo que circunda um organismo e é profundamente afetado e alterado por ele. Segundo Gibson, antes de haver organismos, a superfície terrestre era uma realidade física, mas não um ambiente em sentido estrito. A aquisição de habilidades é, então, considerada como um processo em que o organismo se adapta ou se sintoniza com o ambiente (CARVALHO, 2019b), seja se reorganizando, seja alterando o seu ambiente. Mais do que isso, as próprias alterações internas ao organismo “devem ser compreendidas como mudanças-corporais-relativas-a-um-ambiente ou, ainda melhor, como mudanças na estrutura estendida do sistema organismo-ambiente” (BAGGS; RAJA; ANDERSON, 2020, p. 2). Como Thomas Fuchs também enfatiza, as habilidades “só podem ser descritas em termos de uma relação do organismo com o seu ambiente” (2018, p. 101). Assim, se

⁵ Embora intelectualistas como Williamson e Stanley (2001) questionem a alegação de que o saber-fazer é um tipo de habilidade, não vou discutir esta questão neste artigo. Discuto ela em outro lugar (CARVALHO, 2020).

⁶ Para não ser injusto, a Moyal-Sharrock chega a fazer a conexão entre maneiras de agir e saber-fazer no seu livro de 2004 e em textos posteriores, embora ela explore cada vez menos essa conexão. Ela diz, por exemplo, que “a certeza objetiva é um saber-fazer em que não há lugar para melhorar” (MOYAL-SHARROCK, 2004, p. 65), que “a certeza objetiva ocorre ou se manifesta exclusivamente como um saber-fazer, o qual, para a finalidade da análise filosófica, nós representamos articulando em certezas individuadas” (2004, p. 68) e que “o saber-fazer é o fundamento” (2004, p. 172). No entanto, além de não ser sempre enfática quanto a esta conexão, ela não oferece uma explicação da própria conexão e do que seja o saber-fazer, de modo que o problema da demarcação permanece na espreita.

olhamos para a atividade própria de uma habilidade, ela abarca tanto o organismo quanto o ambiente.

Por exemplo, para ficar de pé, a criança, além de ter de adquirir força corporal suficiente para vencer a gravidade, tem de aprender a manter o seu centro de gravidade nos limites da sua base de apoio, o que já pressupõe um entorno, uma superfície. No primeiro estágio da aprendizagem, a criança se apoia em objetos para ficar e manter-se de pé. O objeto de apoio impõe certas limitações às possibilidades de ações da criança, auxiliando e facilitando a obtenção do balanço. Nesta nova posição, ela consegue explorar informações visuais, táteis, auditivas e proprioceptivas que não estavam disponíveis antes. Em um estágio subsequente, a criança consegue manter o equilíbrio sem apoiar-se diretamente em um objeto, mas continua amparando-se em informações visuais dos objetos estáveis no seu entorno, bem como em informações proprioceptivas e vestibulares, para manter o balanço⁷. Deste modo, o “controle postural se estende do corpo do aprendiz para incorporar as estruturas sólidas que ela encontra em seu ambiente” (BAGGS; RAJA; ANDERSON, 2020, p. 3). Na perspectiva ecológica, as habilidades envolvem o ambiente constitutivamente.

Essas considerações a partir da psicologia ecológica sobre a habilidade são suficientes para introduzir duas características gerais das habilidades. A primeira é que as habilidades são confiavelmente bem-sucedidas, isto é, como coloca Alan Millar, “para contar como tendo a habilidade de fazer *F* o agente deve ser confiavelmente bem sucedido em realizar *F*, de modo que na ausência de impedimentos o agente irá quase sempre realizar *F* se ele agir com a intenção de realizar *F*” (MILLAR, 2016, p. 67). Essa característica casa bem com a compreensão ecológica das habilidades. A habilidade de fazer *F* resulta, como vimos, de um processo de adaptação e sintonização do organismo com o seu ambiente. Sucessivamente, maneiras de agir ou possibilidades de ações que se mostram mais frutíferas para a

⁷ Em um famoso experimento (LEE; ARONSON, 1974), os participantes são instruídos a ficar em pé em uma sala em que as paredes são móveis. Em uma condição, a parede para a qual os participantes estão olhando é movida na direção dos participantes. Crianças em geral não conseguem ficar de pé, e muitos adultos precisam se esforçar muito para manter-se de pé, o que evidencia a importância da estabilidade do entorno para a habilidade de manter-se de pé.

realização de *F* são selecionadas, ou o ambiente é modificado de modo a tornar certas possibilidades de ações mais eficazes para realizar *F*. O resultado desse processo é o acoplamento entre organismo e o seu ambiente no que diz respeito à atividade *F*, de modo que sempre que agir com a intenção de realizar *F*, se não houver impedimentos, o agente será bem sucedido em realizar *F*. Note-se que as possibilidades de ações só são investidas da função de realizar *F* ao término do processo de aprendizagem que as tornam realizadoras bem sucedidas de *F*, é a sinergia resultante entre organismo e ambiente que as tornam realizadores de *F*.⁸ Assim, a habilidade de fazer *F* é constituída por um conjunto determinado de possibilidades de ação que, no ambiente adequado e *por causa* dele, são justamente aquelas que realizam *F*.

A segunda característica das habilidades é que elas só se manifestam quando a tentativa de exercê-las é bem sucedida. É tentador pensar que, uma vez adquiridas, as habilidades podem ser exercidas e manifestadas em ambientes bem diferentes do de origem. Mas isso supõe justamente o que a perspectiva ecológica nega: que habilidades dizem respeito apenas a transformações internas ao organismo e que o ambiente não participa da sua constituição e manifestação. Pelo contrário, elas exigem uma cooperação entre ambiente e organismo. Ninguém manifesta a habilidade de ficar de pé enquanto, deitado em uma cama, sonha estar de pé. O próprio ato de ficar de pé exige um corpo, uma superfície e a gravidade a ser vencida. Ele é, para ecoar Dewey, tão verdadeiramente um ato do ambiente quanto da pessoa, é algo “realizado pelo ambiente por meio de estruturas orgânicas ou disposições adquiridas” (DEWEY, 1922, p. 14). Habilidades “são maneiras de usar e incorporar o ambiente em que tanto o último quanto as primeiras têm o que dizer” (1922, p. 15). A manifestação da habilidade *F* ocorre justamente quando organismo e ambiente cooperam e juntos realizam *F*, ela é um evento do sistema organismo-ambiente. Assim, os exercícios de

⁸ Isso não implica que habilidades sejam infalíveis, pelo menos não no sentido em que seríamos bem sucedidos toda as vezes que *tentássemos* exercê-las, toda uma série de impedimentos pode levar as tentativas de exercer habilidades ao fracasso. Além disso, algumas habilidades são habilidades de fazer algo com certa taxa de sucesso (MILLAR, 2016, p. 70). Eu poderia ser capaz, por exemplo, de acertar 50% dos lances de bola de basquete estando na faixa de três metros, enquanto um certo profissional tem a habilidade de acertar 95% nas mesmas condições. São habilidades que se manifestam ao longo do tempo, a cada 100 lances eu acerto 50, o profissional, 95. Os lances particulares falhos não são em si mesmos manifestações desse tipo de habilidade, mas fazem parte de uma série de lances que em conjunto manifesta uma habilidade que tem uma certa taxa de sucesso.

uma habilidade são, para usar uma expressão de Ryle, bem capturados por “verbos de sucesso” (2009, p. 130), isto é, verbos que indicam a obtenção de um estado de coisas.

4.2 Proposições eixo como maneiras de agir constitutivas de habilidades

O critério para distinguir maneiras de agir ou possibilidades de ações que podem legitimamente cumprir o papel de fundamento não fundamentado é fazer parte de algum conjunto de maneiras de agir que constituem uma habilidade. Qualquer habilidade? Em princípio, sim, pois qualquer habilidade se estende até o ambiente, incorporando aspectos ou partes dele. As habilidades nos ancoram no mundo, oferecendo uma base sobre a qual podemos apoiar as nossas investigações e afirmações de conhecimento. A própria habilidade de ficar de pé já incorpora ou atua a proposição eixo de que eu tenho um corpo. A proposição eixo de que há outras pessoas além de mim está incorporada no repertório diversificado de habilidades que me permitem seguir e acompanhar os comportamentos hábeis e inteligentes que se manifestam ao meu redor. Ao observar alguém andando de bicicleta, sou capaz de notar se a sua maneira de andar de bicicleta manifesta destreza ou inexperiência. Distingo a maneira rude ou delicada como alguém se dirige a mim. Noto e acompanho com admiração a agilidade perspicaz dos dançarinos profissionais. Em todos esses casos, o exercício das minhas habilidades de seguir comportamentos, ao rastrear qualidades mentais tais como destreza, sensibilidade, inteligência e agilidade, manifesta ou atua (*enact*) a proposição eixo de que há outras pessoas além de mim. Essas habilidades incorporam as dimensões mais salientes da mentalidade e do nosso mundo intersubjetivo⁹.

Note-se que adquirimos habilidades para seguir e acompanhar comportamentos, isto é, discriminá-los quanto à agilidade, destreza, inteligência, sensibilidade etc., muito antes de sermos capazes de fazer afirmações peritas sobre quão bem alguém realiza uma

⁹ Maclaren, comentando o exemplo de Merleau-Ponty do expectador de uma partida de futebol, afirma que ele não apenas “*assiste* o jogo, mas o acompanha de uma maneira corporal, antecipando e completando os movimentos dos atletas através de arrancadas, esquivas e semi-chutes do seu próprio corpo” (2002, p. 190). É por meio desse acompanhamento que adentramos e habitamos o mundo intersubjetivo, “é em virtude de ser tragado para as atitudes corporais do outro, na sua visada corporal do mundo, que somos conduzidos a um mundo compartilhado” (2002, p. 191).

determinada ação. Uma criança que já sabe andar de bicicleta é relativamente capaz de observar se outra pessoa está andando bem ou mal de bicicleta, o que ela pode manifestar admirando a destreza mas não a inexperiência, sem necessariamente ser capaz de dizer por quê. A habilidade de fazer afirmações, inclusive afirmações de conhecimento, sobre se e como alguém está agindo sensível, inteligente ou agilmente é uma habilidade que vem depois e se apoia nas habilidades para seguir comportamentos. Essas últimas oferecem o pano de fundo de inteligibilidade a partir do qual perguntas específicas sobre a personalidade, a mentalidade, as qualidades mentais particulares de alguém etc. poderão ser levantadas e investigadas. A dúvida geral sobre se há outras pessoas ou se há alguma outra mente além da nossa própria é uma dúvida que não tem sentido, ela não se forma, a tentativa de levantá-la se choca com esse conjunto de habilidades para seguir e acompanhar comportamentos que inclusive mediam a nossa compreensão tácita do que é ser uma pessoa e ter uma mente¹⁰. Por meio dessas habilidades, os corpos humanos que nos rodeiam e com os quais interagimos já nos são revelados e dados como hábeis, espertos, sensíveis, compreensivos, inteligentes etc. Na verdade, em condições normais, não é possível vê-los ou encará-los como meros corpos.

Claro que pode haver situações em que já não conseguimos ou temos dificuldades de reconhecer uma pessoa em particular em um corpo humano. Diante de uma pessoa em estágio avançado de Alzheimer, pode ser difícil acompanhar os seus comportamentos, cada vez menos aptos a manifestar qualidades mentais. Podemos ter dúvidas se a pessoa ainda “está lá”. Dúvidas que podem ser sanadas por alguém melhor posicionado do que nós. No filme “Para sempre Alice” (2015), acompanhamos a evolução do Alzheimer na personagem Alice, uma renomada professora de linguística. No estágio mais avançado, quando ela já

¹⁰ Em outra oportunidade, argumentei que as nossas habilidades sensoriomotoras nos dão acesso direto e um entendimento da natureza dos objetos ao nosso redor no sentido de que o objeto percebido “não é simplesmente dado a nós, ele é apresentado como sendo de uma certa maneira, i.e., como sendo um objeto que requer ou permite uma série de affordances. Este entendimento não é ainda proposicional, mas é rico o suficiente para dizermos que o objeto e as suas propriedades estão [...] situados no espaço das ações” (CARVALHO, 2016, p. 516). Perceber um objeto é situá-lo no que chamei então de *espaço das ações*. Argumentei em seguida que esse entendimento prático-perceptivo dos objetos fornece os casos paradigmáticos necessários para a introdução de conceitos observacionais, mostrando assim como o pensamento proposicional se ergue sobre o mundo de possibilidades de ações que habitamos através de nossas habilidades sensoriomotoras.

perdeu quase completamente a sua memória, seus conhecimentos de linguística e suas rotinas motoras estão debilitadas, pessoas mais distantes poderiam se perguntar se resta ainda algo da Alice naquele corpo. Embora não haja essa cena, consigo imaginar sua filha, que a acompanha nessa fase final, respondendo “eu sei que a minha mãe ainda está aí” ou algo semelhante. O fato é que ambas ainda conseguem se engajar emocionalmente com sutileza e profundidade. Em uma possível leitura, o filme dá a entender que é só nesse momento que elas conseguem resolver, em um nível emocional mais profundo, antigas questões e desencontros entre elas. Comentando sobre o nosso conhecimento tácito do outro, especialmente no caso de demência, de Jaegher ressalta com delicadeza:

quando você é próximo de uma pessoa com demência, a conexão emocional é uma das coisas que permanece por mais tempo. Ficar sentando juntos no banco de uma praça observando pássaros e o tempo passar pode ser um momento de grande significado. Você sabe disso por contato ocular, através do toque, pelo abraço. Na verdade, quando todo o resto se foi, na prática frequentemente a única maneira pela qual você sabe como as coisas estão com a pessoa é pela conexão emocional. (DE JAEGER, 2019)

Assim, pela posição vantajosa e pela afinidade emocional adquirida pela lida mais íntima, a filha de Alice pode estar em condições de saber algo que outras pessoas não podem, que sua mãe ainda está lá. A afirmação de conhecimento “eu sei que a minha mãe ainda está aí” é uma afirmação que ela poderia legitimamente fazer com base em um conjunto de habilidades emocionais que a põem em contato com o que resta da Alice. E faria sentido, a filha da Alice estaria fornecendo informação valiosa. De qualquer modo, do reconhecimento da possibilidade de dúvida neste caso em particular não se segue a legitimidade e a inteligibilidade da dúvida geral sobre outras mentes.

Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas eles ilustrariam a mesma consideração geral de que as proposições eixos são maneiras de agir que constituem habilidades que formam o pano de fundo sobre o qual repousam as práticas de investigar e fazer afirmações de conhecimento, conferindo não só sentido a essas práticas mas também impondo-lhes restrições de inteligibilidade¹¹. Compreendidas ecologicamente, essas habilidades

¹¹ Neste sentido, há uma sintonia entre a minha proposta e a afirmação de Ryle de que o saber-fazer é logicamente anterior ao conhecimento proposicional (1946, p. 4-5), o cientista, ele diz “é primariamente alguém que sabe fazer e apenas secundariamente alguém que sabe que” (1946, p. 16). Em outra

envolvem tanto o organismo quanto o ambiente, elas são, para usar novamente a expressão da Moyal-Sharrock, embebidas-de-realidade. Mas temos agora uma explicação de por que elas são embebidas-de-realidade. Habilidades não dizem respeito apenas ao organismo, o resultado do processo de adaptação e/ou alteração do ambiente que lhes dá origem é o acoplamento entre organismo e ambiente. É a sinergia de ambos que se manifesta nos exercícios das habilidades.

A proposta com base nas habilidades oferece também uma explicação de por que as maneiras de agir que constituem habilidades podem cumprir o papel de fundamento não fundamentado. Dadas as duas características mencionadas das habilidades, que elas são confiavelmente bem sucedidas e que só se manifestam quando as tentativas de exercê-las são bem sucedidas, as habilidades estabelecem o contato mais imediato com o ambiente sobre o qual as práticas investigativas e de afirmação de conhecimento podem ser assentadas. Como elas são embebidas-de-realidade ou envolvem o ambiente constitutivamente, as habilidades carecem de fundamentação. Enquanto exercemos as nossas habilidades, como a habilidade de ficar de pé ou de acompanhar comportamentos, estamos imersos respectivamente no ambiente físico e social.

Isso explica também a estranheza do proferimento das proposições eixo. Elas não trazem nenhuma informação que já não estivesse implicada no exercício dessas habilidades mais fundamentais. Para quem habita o mundo social através das habilidades de seguir e acompanhar comportamentos, o proferimento de que há outras pessoas ou outras mentes é contraproducente. Ademais, como já salientei, a compreensão mínima do que é ser uma pessoa ou ter uma mente é mediada por essas habilidades, de modo que formulações gerais como “há outras pessoas” ou “não há outras mentes” já pressupõem aquilo que se pretende respectivamente afirmar ou negar. Contudo, eu não me comprometo, como faz a Moyal-Sharrock, com a afirmação de que as proposições eixo são infáveis e que são sem sentido

oportunidade, aproveitei a prioridade do saber-fazer para defender uma abordagem unificada do conhecimento e do entendimento que dispensa o requerimento de reflexividade para a posse de conhecimento/entendimento de algo. Esse requerimento é pertinente apenas em situações e tarefas especiais, como no caso da prática de afirmar conhecimento, onde a credibilidade do agente está em jogo. Como diz Austin, ao dizer “Eu sei, eu dou aos outros a minha palavra: eu dou aos outros a minha autoridade para dizer que ‘S é P’” (1970, p. 99). Nesses casos, o agente tem de saber se justificar. Veja Carvalho (2018a).

por não serem bipolares. Concordo que, em contextos normais, enunciá-las está fora de questão, frustramos tanto o propósito de informar ao afirmar uma proposição eixo quanto o de refutar ao negar uma proposição eixo. Mas disso não se segue que não possamos articular as regularidades e regras que são observadas pelas habilidades. Por exemplo, é de se esperar que a habilidade de discriminar *andar de bicicleta agilmente* responda a uma certa maneira ou a um conjunto delimitado de maneiras de andar de bicicleta. Não há nenhuma razão pela qual essas regularidades não possam ser descritas, as habilidades não são um tipo de realidade inefável. Em todo caso, a articulação explícita dessas regularidades ou regras é tanto desnecessária quanto insuficiente para a posse da habilidade. Neste aspecto, concordo com a Moyal-Sharrock de que as proposições eixo são atuadas, mostramos que observamos uma certa regularidade na prática, ao exercer a habilidade correspondente. Para tomar de empréstimo uma formulação de Ryle, se há algum sentido em que “conhecemos” essas regras ou regularidades é “na maneira executiva em ser capaz de aplicá-las” (RYLE, 2009, p. 41) ou observá-las. Há, assim, uma dimensão prática das habilidades que não se reduz à apreensão teórica de qualquer proposição¹². Ao contrário, como observa Wittgenstein, “é o nosso agir (habilidoso) que está no fundo do jogo da linguagem” (WITTGENSTEIN, 1990, §204, acréscimo meu)¹³.

¹² Na discussão paralela sobre saber-fazer, intelectualistas como Stanley e Williamson sustentam que a dimensão prática do saber-fazer pode ser capturada pela noção de *modo prático de apresentação*, um modo de apreender um conteúdo proposicional que seria indissociável da assimilação de uma série de disposições comportamentais. Como eles colocam, pensar em uma maneira de agir, por exemplo, uma maneira pela qual alguém seria capaz de andar de bicicleta, “sob o modo prático de apresentação indubitavelmente implica a posse de certo complexo de disposições” (STANLEY; WILLIAMSON, 2001, p. 429). Sem entrar no mérito da questão sobre se essa noção de modo prático de apresentação não estaria contrabandeando a noção de habilidade que intelectualistas recusam ser essencial para explicar a natureza do saber-fazer, o ponto central é que eles reconhecem que o saber-fazer não pode ser equiparado à apreensão meramente *teórica* de uma proposição. Ajustando a minha discussão, habilidades também não poderiam.

¹³ De maneira muito similar, Michael Polanyi alega que há um sentido em que as pressuposições da ciência, que tornam a experimentação e a interpretação dos experimentos possíveis, são inarticuláveis (2005, 62). Nós “habitamos” nessas pressuposições para investigar o mundo da mesma forma como habitamos o nosso próprio corpo para perceber o mundo. Percebemos o mundo *com* o nosso corpo vivo, sem que ele seja o foco da nossa atenção. Polanyi ainda acrescentaria que essa dimensão que não se reduz à apreensão teórica de uma proposição é não apenas prática mas também pessoal. “Esse dar sentido à experiência”, possibilitado pela corporificação das pressuposições da ciência, “é um ato habilidoso que imprime a participação pessoal do cientista no conhecimento resultante” (2005, p. 62).

4.3 Desarmando o problema da demarcação

A proposta com base nas habilidades oferece um caminho promissor para desarmar o problema da demarcação. A proposta seleciona apenas maneiras de agir que fazem parte de habilidades que, em virtude da própria maneira como são constituídas, segundo a visão ecológica aqui esboçada, envolvem o ambiente ou são embebidas-de-realidade. Desta maneira, evita-se eleger uma maneira de agir que esteja desconectada do ambiente como uma habilidade que possa cumprir o papel de fundamento não fundamentado. O receio justo da Coliva, lembremos, é o de que as pessoas podem estar visceralmente comprometidas com todo tipo de crença falsa, o próprio Wittgenstein ilustrou essa possibilidade com o caso do sujeito que está comprometido com a proposição eixo de que a Terra existe há 50 anos apenas em função do modo como foi educado. Esse comprometimento não pode fazer parte de habilidades históricas e arqueológicas que nos colocam em contato com o nosso passado mais distante, e nem precisa ser um passado tão distante assim. Considere-se, por exemplo, o passado de uma geração atrás, transmitido oralmente de pai para filho. Assim, esse comprometimento não pode legitimamente cumprir o papel de fundamento não fundamentado, ainda que seja um comprometimento visceral do sujeito em questão.

Além disso, para manter-se fiel e coerente com a proposição eixo de que a Terra veio a existir há 50 anos apenas, esse sujeito teria que automaticamente descartar como falsos ou delirantes quaisquer relatos de pessoas com mais de 60 anos sobre suas vidas e experiências quando tinham menos de 10 anos, ou com mais de 70 sobre quando tinham menos de 20 anos e assim por diante. O próprio sujeito deveria entender que perde parte da sua capacidade mnemônica ao completar 50 anos, perde também a capacidade de contar a própria idade. Trata-se de um comprometimento tão alheio às nossas habituais habilidades mnemônicas, históricas e arqueológicas que é mesmo difícil imaginar completamente a possibilidade desse sujeito e toda a sua comunidade manter o comprometimento de que a Terra existe há 50 anos apenas.

Mesmo se for possível que uma comunidade mantenha coerentemente o comprometimento de que a Terra existe há 50 anos apenas, esse comprometimento não é um fundamento legítimo, uma vez que entra em tensão com as habilidades mnemônicas, históricas e arqueológicas. Tal comprometimento implicaria rejeitar substancialmente o alcance dessas habilidades. Uma alternativa seria considerar essa comunidade como possuindo habilidades mnemônicas, históricas e arqueológicas mais estreitas que as nossas, assim como um aprendiz de basquete tem habilidades de acertar a cesta mais estreitas ou limitadas que a de um profissional. Essa comunidade só conseguiria alcançar o passado recente, enquanto nós somos capazes de vasculhar o passado mais distante. Se compreendemos a situação desta maneira, então não há uma tensão entre as habilidades históricas dessa comunidade e as nossas, há apenas uma diferença de escopo ou alcance. Nesse caso, a proposição eixo que procura articular a habilidade deles precisa ser reformulada, algo como “a Terra existe há pelo menos 50 anos”. Esta sim poderia cumprir o papel de fundamento não fundamentado, e não levantaria qualquer tensão entre eles e nós.

Essa discussão me permite observar duas consequências interessantes da proposta com base nas habilidades: (1) algumas proposições eixos podem ser mais fundamentais do que outras e (2) algumas proposições eixos podem ser locais e, portanto, podemos ter diversidade de eixos sem relativismo. Quanto à (1), observemos que as habilidades mantêm relações de dependência entre si. Para aprender a andar, um animal bípede precisa aprender primeiro a ficar de pé. Esta última habilidade é, portanto, mais fundamental que a primeira. Assim, o comprometimento “eu tenho um corpo que fica de pé” é mais fundamental que “eu tenho um corpo que se locomove”, que, aliás, pode não ser fundamental para alguém com a síndrome de encarceramento e que, portanto, perdeu a habilidade de se locomover. Como ela ainda é capaz de controlar as suas sobrancelhas, o comprometimento ainda mais fundamental “eu tenho um corpo” permanece. De modo semelhante, as habilidades mnemônicas são mais básicas que as históricas e arqueológicas. Estas últimas nos levam até mais longe no passado do que aquelas, mas não podem fazê-lo sem as mnemônicas. Haveria, no entanto, uma única proposição eixo mais fundamental do que qualquer outra? Não creio que preciso tomar partido sobre essa questão. Pode ser que

tenhamos um conjunto relativamente amplo de habilidades básicas que não dependam umas das outras. Serão, então, igualmente fundamentais, bem como as proposições eixo que as articulam. E se houver uma única da qual todas as demais dependam sem que ela dependa destas, isso não eliminará o fato de que as demais, na medida em que incorporam o ambiente, ampliarão ainda mais o contato do organismo com o seu entorno. Para cumprir o papel de fundamento, basta ser uma maneira de agir constitutiva de uma habilidade, não precisa ser da habilidade mais básica, se é que só exista uma.

Essas considerações também nos levam diretamente à (2) segunda consequência. Habilidades muito específicas, compartilhadas apenas, por exemplo, por peritos de uma disciplina, não deixam por isso de exibir as mesmas características que as demais habilidades e podem, portanto, ao menos para os indivíduos que compartilham essas habilidades, servir de base para práticas ulteriores de investigação e afirmação de conhecimento. Pense-se, por exemplo, no conjunto de habilidades instrumentais que físicos experimentais compartilham e que servem de base para a investigação de teorias e hipóteses físicas mais específicas. O manejo confiável de uma série de instrumento permite que eles alcancem e estejam em contato com uma série de fenômenos que para a maioria de nós está além da nossa percepção desassistida. Por exemplo, dadas as habilidades não só de observar, pelo manejo de uma série de instrumentos, mas também de controlar elétrons para a construção de canhões de elétrons, arriscaria dizer, extrapolando um pouco o mote de Hacking “se você pode bombardeá-los, então eles são reais” (HACKING, 2012, p. 82)¹⁴, que para a maioria dos físicos hodiernos “há elétrons” é uma proposição eixo, os elétrons já estão incorporados nas habilidades dos físicos hodiernos. Não se trata mais de algo a ser descoberto. Décadas de interação entre a comunidade dos físicos e os elétrons, mediada por uma série de instrumentos, permitiram que paulatinamente se selecionasse intervenções bem sucedidas para o controle de elétrons, de modo que, ao fim e ao cabo, a

¹⁴ Com esse mote Hacking introduz o que veio a ser chamado de *realismo de entidades*, a tese que afirma que muitas entidades teóricas realmente existem, mesmo que as teorias sobre essas entidades venham a se revelar falsas. O fundamento para a reivindicação de existência é a capacidade de intervenção. Veja Hacking (2012). Minha sugestão aqui, com base da compreensão ecológica das habilidades, é dar um passo adiante e dizer que se você pode bombardeá-los, já não está mais em questão se existe ou não, se é real ou não o que quer que você pode bombardear. O que você bombardeia já foi incorporado pela sua habilidade de bombardear.

comunidade dos físicos adquiriu a habilidade de manipulá-los de maneiras bem específicas. Já no meu caso, eu preciso do testemunho dos físicos sobre o que eles são capazes de fazer com os elétrons para vir a crer que eles existem; “há elétrons” não é, para mim, uma proposição eixo. É neste sentido que dizemos que algumas proposições eixo são locais: elas podem desempenhar o papel de fundamento não fundamentado apenas para o grupo mais restrito de pessoas que possui as habilidades específicas que as incorporam. Como diferentes grupos podem se especializar e se adaptar a diferentes porções do ambiente, adquirindo, assim, diferentes conjuntos de habilidades, podemos ter diversidade de proposições eixo, mas não relativismo. Todas as habilidades e suas respectivas proposições eixo são embebidas-de-realidade. Assim, os exemplos que a Coliva contestou como casos de proposições eixo genuínas, tais como “a água ferve a 100 °C” e “Napoleão venceu a batalha de Austerlitz”, podem ser reinterpretados a partir da minha proposta como eixos locais, isto é, relativas a habilidades de especialistas.

5. Considerações finais

Neste texto, apoiei-me na interpretação da Moyal-Sharrock de que as proposições eixo são maneiras de agir para oferecer a minha proposta sobre como compreender essas proposições. Argumentei que a posição da Moyal-Sharrock deixa algumas lacunas: ela não explica a origem das nossas certezas fundamentais e, por não oferecer uma resposta adequada para o problema da demarcação, também não é suficientemente resistente à ameaça relativista. Sugeri então que as proposições eixo são maneiras de agir constitutivas de habilidades. Além disso, articulei uma abordagem ecológica das habilidades, a qual me possibilitou explicar por que habilidades são embebidas-de-realidade. Com base nessa abordagem, ofereci uma resposta para o problema da demarcação que afasta a ameaça relativista.

Estou seguro que os meus amigos céticos que me acompanharam até aqui dirão que suas dúvidas céticas continuam intactas. Elas não foram abaladas por nada do que eu disse. Eles poderão ainda acrescentar que as consequências anticéticas que eu extraio dependem da

“hipótese” ecológica das habilidades que eu não provei. No melhor cenário, eu estabeleci apenas um condicional: se as habilidades são embebidas-de-realidade, como sugere a leitura ecológica, então temos uma série de fundamentos não fundamentados acerca dos quais não faz mesmo sentido duvidar. Mas onde está a prova ou o argumento para o antecedente desse condicional? Tenho dois comentários a fazer sobre essa interpelação. O primeiro é que, como disse no início do texto, estou muito mais preocupado com a explicação do que com a justificação. Procurei fornecer uma explicação coerente para os diversos fundamentos não fundamentados que legitimamente aceitamos¹⁵. Zagzebski enfatiza muito bem que entendimento e certeza são dois valores epistêmicos distintos e diz que, em diferentes períodos, a epistemologia esteve mais preocupada com um do que com outro (2009, p. 5–6). Pode-se dizer que estou preocupado com ambos, mas principalmente em *entender* a certeza tácita que compartilhamos na vida cotidiana. O meu segundo comentário é que eu não preciso provar o antecedente do condicional acima, não porque, como Moore, eu gostaria de dizer que sei sem provas que ele é verdadeiro, mas porque a dúvida de se todas as nossas habilidades poderiam estar desconectadas da realidade é uma dúvida que não tem sentido, não conseguimos levantá-la.

Referências

BAGGS, E.; RAJA, V.; ANDERSON, M. L. Extended Skill Learning. *Frontiers in Psychology*, v. 11, p. 14, ago. 2020.

CARVALHO, E. M. An actionist approach to the justificational role of perceptual experience. *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 72, n. 2-3, p. 545-572, 2016.

CARVALHO, E. M. Overcoming intellectualism about understanding and knowledge: a unified approach. *Episteme & Logos*, v. 9, n. 1, p. 7–26, 2018a.

¹⁵ Uma outra maneira de colocar a estratégia adotada é dizer que ofereci, nos termos de Goodman, uma definição construtiva—o que Carnap chamava de *explication*—de “fundamentos não fundamentados”. Uma tal definição não pode se apartar completamente do que está entrincheirado como fundamento não fundamentado, mas, ao mesmo tempo, na medida em que resulta do equilíbrio reflexivo entre princípios gerais sobre fundamentos não fundamentados—a leitura ecológica—e os casos normalmente aceitos de fundamentos não fundamentados, a definição assim obtida nos permite distinguir fundamentos não fundamentados legítimos dos não legítimos. Para uma análise mais detalhada da estratégia de Goodman, veja Carvalho (2018b).

- CARVALHO, E. M. Goodman e o projeto de uma definição construtiva de "indução válida". *Principia*, v. 22, n. 3, p. 439–460, 2018b.
- CARVALHO, E. M. On the nature of Hinge Commitments. *Sképsis*, v. X, n. 19, p. 55–66, 2019a.
- CARVALHO, E. M. An ecological approach to disjunctivism. *Synthese*, maio 2019b.
- CARVALHO, E. M. Sintonizando com o mundo: uma abordagem ecológica das habilidades sensoriomotoras. In: NETO, G. A. DE A.; ROLLA, G. (Eds.). *Ciência e Conhecimento*. Teresinha: Edufpi, 2020. p. 83–110.
- COLIVA, A. Which hinge epistemology between animal, bioscopic and constitutivist? In: MOYAL-SHARROCK, D.; SANDIS, A. (Eds.). *Hinge Epistemology*. Londres: Anthem Press, no prelo.
- DE JAEGHER, H. Loving and knowing: reflections for an engaged epistemology. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, ago. 2019.
- DEWEY, J. *Human Nature and Conduct: An Introduction to Social Psychology*. New York: The Modern Library, Inc., 1922.
- FOGELIN, R. *Pyrrhonian reflections on knowledge and justification*. New York: Oxford University Press, 1994.
- FUCHS, T. *Ecology of the Brain: The phenomenology and biology of the Embodied Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- GIBSON, J. J. *The Ecological Approach to Visual Perception, Classical Edition*. New York: Psychology Press, 2015.
- HACKING, I. *Representar e Intervir: tópicos introdutórios de filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- LEE, D. N.; ARONSON, E. Visual proprioceptive control of standing in human infants. *Perception & Psychophysics*, v. 15, n. 3, p. 529–532, maio 1974.
- MACLAREN, K. Intercorporeality, Intersubjectivity and the problem of "letting others be". *Chiasmi International: Trilingual Studies Concerning Merleau-Ponty's Thought*, v. 4, p. 187–210, 2002.
- MILLAR, A. Abilities, Competences, and Fallibility. In: FERNÁNDEZ VARGAS, M. Á. (Ed.). *Performance Epistemology*. Oxford University Press, 2016. p. 62–82.
- MOYAL-SHARROCK, D. *Understanding Wittgenstein's On Certainty*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- MOYAL-SHARROCK, D. Wittgenstein's Razor: The Cutting Edge of Enactivism. *American Philosophical Quarterly*, v. 50, n. 3, p. 263–279, 2013.

- MOYAL-SHARROCK, D. A Certeza Fulcral de Wittgenstein. *Revista Dissertatio de Filosofia*, v. Suplementa, p. 3–30, 2015.
- MOYAL-SHARROCK, D. From deed to word: gapless and kink-free enactivism. *Synthese*, abr. 2019.
- MOYAL-SHARROCK, D. Wittgenstein's Grammar: Through Thick and Thin. In: WUPPULURI, S.; COSTA, N. DA (Eds.). *Wittgensteinian: Looking at the World From the Viewpoint of Wittgenstein's Philosophy*. Cham: Springer Verlag, 2020. p. 39–54.
- POLANYI, M. *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy*. London: Routledge, 2005.
- PRITCHARD, D. Wittgensteinian Pyrrhonism. In: MACHUCA, D. (Ed.). *Pyrrhonism in Ancient, Modern, and Contemporary Philosophy*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2012. p. 193–202.
- PRITCHARD, D. *Epistemic Angst: Radical Skpeticism and the Groundlessness of our Believing*. New Jersey: Princeton University Press, 2015.
- RICHARDSON, M. J. et al. Ecological Psychology: Six Principles for an embodied-embedded approach to behavior. In: CALVO, P.; GOMILA, A. (Eds.). *Handbook of Cognitive Science: An Embodied Approach*. San Diego: Elsevier, 2008. p. 161–187.
- RYLE, G. Knowing How and Knowing That : The Presidential Address. *Proceedings of the Aristotelian Society 1*, v. 46, n. 1, p. 1–16, 1946.
- RYLE, G. *The Concept of Mind*. New York: Routledge, 2009.
- SCHIFF, W. Perception of impending collision: A study of visually directed avoidant behavior. *Psychological Monographs: General and Applied*, v. 79, n. 11, p. 1–26, 1965.
- SCHÖNBAUMSFELD, G. 'Hinge Propositions' and the 'Logical' Exclusion of Doubt. *International Journal for the Study of Skepticism*, v. 6, n. 2-3, p. 165–181, 2016.
- STANLEY, J.; WILLAMSON, T. Knowing How. *Journal of Philosophy*, v. 98, n. 8, p. 411–444, 2001.
- STROLL, A. *Moore and Wittgenstein on Certainty*. New York: Oxford University Press, 1994.
- WITTGENSTEIN, L. *Da Certeza*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- ZAGZEBSKI, L. *On Epistemology*. Belmont: Wadsworth Cengage Learning, 2009.